

OS TESOUROS DO MORRO DO CASTELO: OURO DOS JESUÍTAS NO IMAGINÁRIO DO RIO DE JANEIRO

CARLOS KESSEL*

“As grandes riquezas deixadas no Castelo pelos jesuítas foram uma das minhas crenças da meninice e da mocidade... Perdi saúde, ilusões, amigos e até dinheiro; mas a crença nos tesouros do Castelo não a perdi. Imaginei a chegada da ordem que expulsava os jesuítas. Os padres do colégio não tinham tempo nem meios de levar as riquezas consigo; depressa, ao subterrâneo, venham os ricos cálices de prata, os cofres de brilhantes, safiras, corais, as dobras e os dobrões, os vastos sacos cheios de moeda, cem, duzentos, quinhentos sacos. Puxa, puxa este Santo Inácio de ouro maciço, com olhos de brilhantes, dentes de pérolas; toca a esconder, a guardar, a fechar...” *Machado de Assis, "Conversa com São Pedro", crônica publicada em 12.2.1893*¹.

Resumo

A idéia de que havia um tesouro oculto nas entranhas do morro do Castelo fascinou, durante séculos, a população do Rio de Janeiro. Literatos, engenheiros e historiadores estiveram entre os que acreditavam que os jesuítas, ao serem expulsos por Pombal em 1759, haviam escondido riquezas incalculáveis nos subterrâneos que se estendiam a partir da Igreja e do Colégio construídos sobre o morro. A crença, reforçada por uma documentação que muitos julgavam duvidosa, subsistiu até a abertura da Avenida Rio Branco, em 1905, quando foi encontrada uma galeria que confirmava a existência da rede de túneis sob a montanha. Um dos objetivos deste artigo é acompanhar a trajetória da crença nestes tesouros, e daqueles que a partilhavam, ressaltando o contraste entre o cotidiano de pobreza e os sonhos de riqueza. É

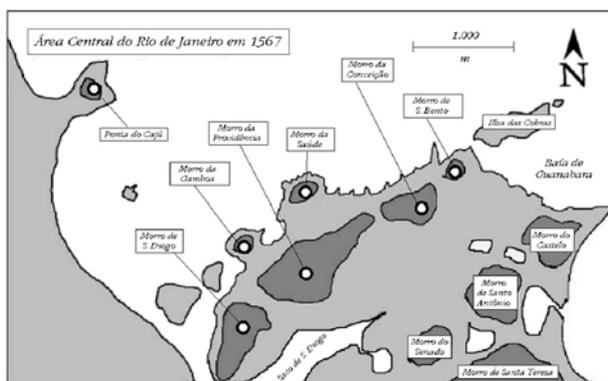
* Mestre em História (IFCS - UFRJ). Doutorando em História (IFCS - UFRJ).

examinada também a multiplicidade de discursos e práticas - religiosas, míticas, médicas e urbanísticas - que tem como objeto o morro do Castelo, discursos que inicialmente se confundem e depois se afastam, na medida em que o berço da cidade, carregado de significação histórica e religiosa, caminha para o arrasamento. Isto finalmente acontece na década de 1920, em nome da necessidade de ventilação e embelezamento da cidade, após longa e renhida polêmica.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, Jesuítas, Tesouros.

Introdução

As reminiscências de Machado de Assis materializam, em poucas linhas, uma imagem que freqüentou os sonhos e as esperanças dos cariocas e que perdurou por quase dois séculos no imaginário da cidade. Os tesouros do morro do Castelo passaram da categoria de símbolos da opulência jesuítica a objetos de cobiça da Coroa portuguesa e a mito dourado que se confundia com as origens do próprio Rio de Janeiro, certamente devendo parte da sua notoriedade a um fator geográfico único: ao invés de localizarem-se em algum sítio distante, ou de se fazerem presentes somente através da mediação de algum mapa fragmentado e amarelecido, adquiriram a solidez e a presença inescapável da montanha que os abrigava, o venerando morro do Castelo, que se erguia no centro da cidade e cuja silhueta era parte do cotidiano de seus habitantes.



Os Jesuítas

Acompanhar a origem e as peripécias das riquezas evocadas por Machado de Assis é debruçar-se obrigatoriamente sobre a gênese da cidade do Rio de Janeiro, transferida para o alto do morro do Castelo em 1567, dois anos após a sua fundação, na seqüência da vitória de Estácio e Mem de Sá contra os franceses, com o apoio e a presença da então jovem Companhia de Jesus, na figura dos padres José de Anchieta e Manuel da Nóbrega. Este último se tornaria o primeiro reitor do colégio de pedra e cal que a Companhia começaria a erguer no mesmo ano, nos altos da colina. O terreno era parte das extensas sesmarias concedidas aos jesuítas na cidade e em suas cercanias, e logo passaria a abrigar também uma igreja, sob a proteção de Santo Inácio de Loyola.

“Esta terra é nossa empresa” era o dístico quinhentista que uniu Estácio e Nóbrega²; e à empresa de catequização que espalharia pelo século XVI afora os aldeamentos indígenas dirigidos pelos jesuítas se juntaram, em número crescente, canaviais, olarias e culturas várias que durante o século seguinte não cessaram de crescer e prosperar em São Cristóvão, Inhaúma, nos Engenhos Novo e Velho, em Santa Cruz, Andaraí, Macacu; e, se expandindo pelos sertões, alcançaram os afluentes do Prata e do Amazonas.

Tanta terra, tantos índios, tantos rebanhos trouxeram à Companhia de Jesus uma prosperidade inaudita. No Rio de Janeiro, a Igreja e o Colégio no Castelo eram o centro espiritual e administrativo da prestigiada ordem, repositório das riquezas, contabilizadas e enviadas para os navios do embarcadouro fronteiro - apelidado de Porto dos Padres da Companhia - em arcas repletas destinadas à Lisboa, Madri e Roma. É ali, içados por um tosco guindaste, que chegam as mudas de plantas, os livros e os rudes instrumentos que transformam os jesuítas em pioneiros do ensino, da medicina e da agricultura na terra carioca. E é também onde se refugiam os padres em 1640 quando a população, revoltada com a bula papal que decreta a excomunhão de quem escravizasse indígenas, culpa a influência jesuítica e procura vingança³.

Entretanto, com o passar das décadas, a paisagem e o entorno foram se modificando. Elevando-se a uma altura de 63 metros, o morro do Castelo ocupava uma área de 184.800 metros quadrados, estendendo-se sobre a área hoje delimitada pela Avenida Rio Branco e pelas ruas Santa Luzia, D. Manuel e São José. A cidade não tardou a se espalhar,

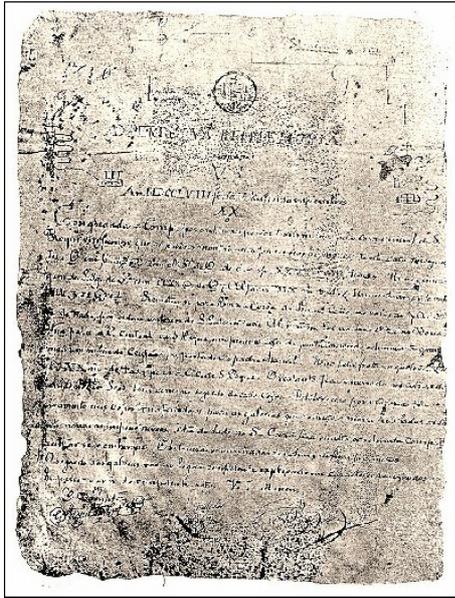
através das três ladeiras que partiam do cume do morro, em direção às planícies que o cercavam. A partir do final do século XVII, a posição abrigada da colina foi perdendo importância diante do comércio marítimo crescente, que transformou as imediações da atual Praça XV de Novembro em centro administrativo e econômico do Rio colonial. As principais edificações, como a Igreja e a Fortaleza ou Castelo de S. Sebastião (que deu nome ao morro), as casas dos primeiros colonizadores, caíram em desuso; nas estreitas e tortuosas vielas crescia o mato, enquanto os habitantes das várzeas raramente galgavam as íngremes ladeiras da colina, cujas lembranças da antiga importância resumiam-se às procissões de S. Sebastião, a cada 20 de Janeiro.

É, pois, assim que se apresenta o Castelo em 1710, quando chega à cidade o corsário francês Duclerc: um ermo sonolento, pouco habitado, avivado somente pelo complexo jesuítico - Igreja e Colégio. E é no Colégio que alguns estudantes, liderados por Bento do Amaral Coutinho, reúnem-se para dar combate ao francês, que acaba derrotado e aprisionado numa enxovia nos subterrâneos inacianos. De lá Duclerc seria transferido para uma casa na Rua da Quitanda, a 900 metros de sua cela original - e a minúcia é oportuna, porque é nesta casa vigiada, em que ele seria misteriosamente assassinado, que se encontraria a entrada para um dos misteriosos túneis que ligariam diversos pontos da cidade aos porões jesuíticos que se estendiam sob os altares e as celas.

Se as versões folhetinescas da morte de Duclerc não ultrapassavam as fronteiras da lenda, muito real era a noção de que os jesuítas armazenavam grandes quantidades de ouro no Rio de Janeiro. Isto se confirmou no ano seguinte, quando da invasão e saque de outro francês, Duguay-Trouin. O pirata fez alojar suas tropas no Colégio, e um de seus comandados, DuPlessis-Parceau, numa memória da expedição, assim se refere aos jesuítas:

“...assegura-se, contudo, que cerca da terça parte das casas da cidade lhes pertencem... Se juntarmos a tudo isso as grandes riquezas que ocultaram... O que é certo é que três ou quatro dias depois da nossa entrada na baía fomos informados de que se armava, junto à cidade, uma espécie de bergantim ou sumaca que saiu em missão. Soubemos, depois, que o navio pertencia aos jesuítas, que o tinham carregado, por assim dizer, de ouro”⁴.

Algo perderam: para não arrasar inteiramente a cidade, Duguay Trouin exigiu um resgate - 615.000 cruzados, 200 caixas de açúcar e 200 bois - reunido entre a Casa da Moeda, os cofres da Fazenda, particulares, diversas irmandades e os religiosos da Companhia, que entregaram quase 5 mil cruzados⁵. A perda se somava a outras vicissitudes: as pressões somadas de espanhóis e portugueses temerosos do poder, cobiçosos das riquezas e preocupados com a influência dos jesuítas sobre os índios vinha se concentrando sobre as mais prósperas das reduções, aquelas localizadas na região do Prata. A partir de 1750, os ataques eventuais se transformam em guerra aberta que resulta na invasão das missões, na escravização dos índios, na fuga dos padres. Depois de dois séculos, a sorte dos jesuítas parecia ter entrado em refluxo⁶.



É nesta década sombria que, a acreditar-se num documento que se constitui numa das origens da firme crença na existência de tesouros escondidos nos subterrâneos do morro do Castelo, ganha corpo na Companhia a convicção de que é necessário precaver-se da melhor maneira possível contra surpresas desagradáveis. Pombal já governa em

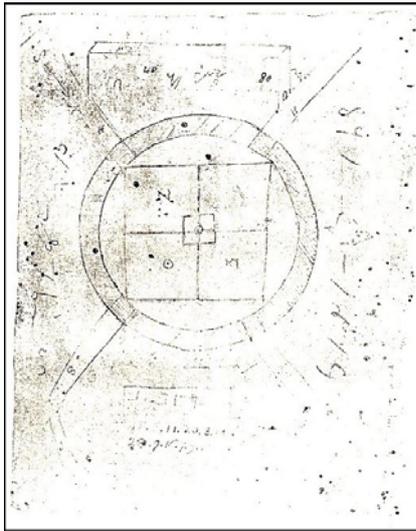
Lisboa: o que esperar, o que temer da influência sobre o rei de um cada vez mais franco inimigo do jesuitismo?

Vamos ao documento, reproduzido pela revista *Renascença*, de maio de 1905. É uma ata que teria sido lavrada a 5 de dezembro de 1758 e, segundo a transcrição de Vieira Fazenda, reza o seguinte:

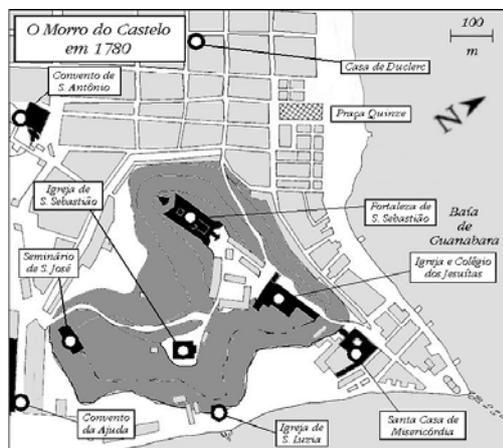
Congregada a Companhia por ordem superior transmitida pela Casa Central de S. Roque, verificou-se que os haveres montão nesta província e seus domínios, até esta data, nos seguintes: em ouro em pó três mil arrobas, em moedas de ouro de diversas espécies 25 e meio milhões (?) de cruzados. Uma imagem de Sancto Ignacio de Loyola com 220 arrobas de ouro. alfaias 560 8/m? cruzados, um diamante com 24-3- (?) e 11 quilates e três quartos. Remeteu-se para Roma a Coroa da Immaculada Conceição no valor de CCLX m/o + ados (?) por ordem anterior de sua paternidade... Foi na náó N.S. das Dores. Item à Casa Central de S. Roque um pequeno cofre de prata contendo o diamante grande e um rubi de Ceylão: foi portador o padre Manuel. Item pela frota em que foi o padre Luiz Gonçalves 20 milhões (?) de cruzados para a Casa Central de S. Roque. O restante ficou encerrado nos cofres declarados no livro secreto, bem como no segredo de cada cofre. Deliberou-se por maioria por a salvamento esses cofres transferindo-os para as galerias que rodeião o morro pelos lados externos, tornando-os impenetráveis... Na do lado da Santa Caza fica occulto o arquivo da Companhia para facilitar-se o embarque... Obstruirão-se as entradas das obras internas, por inúteis. O segredo das galerias vae no lugar competente explicado em carater reservado ao Superior e irmãos de competente voto. VI. Amen. O coadjutor, Miguel da Costa. -- Visitador (assinatura ilegível)⁷.

Não pretendemos nos preocupar com a exegese rigorosa desta ata; os pontos de interrogação interpolados por Vieira Fazenda, que analisou-a em seu conteúdo, "*pondo de parte a autenticidade*", certamente marcam porções do texto que algum estudioso paciente poderá desvendar. O nome da nau e dos religiosos que foram portadores das gemas e do numerário, o tipo de escrita, os termos utilizados, tudo é indicio para julgar a autenticidade, ou pelo menos a verossimilhança do manuscrito. Teria sentido registrar por escrito, e com tanto detalhe, a magnitude e a localização de um tesouro tão magnífico e tão ameaçado? A quantidade de ouro poderia corresponder ao superávit de dois séculos de empreendimentos inacianos? Existem outras fontes que possam ser

cotejadas para investigar a autenticidade dos símbolos, da grafia, do papel?



Não sabemos. O próprio Vieira Fazenda não emite opinião definitiva: “*pode ser que sim, pode ser que não*”. Tratemos do ouro. Que portento! Em pó, três mil arrobas, ou 41 toneladas. Em moedas, outras 23 toneladas, e mais a imagem de Santo Inácio. Não admira que as cortes européias conspiram contra os jesuítas. Não admira também que se atribua à região das Missões a existência de minas secretas, responsáveis por uma prosperidade que o trabalho dos índios e a administração dos padres aparentemente não poderia explicar.



As referências às galerias, neste e em outros documentos que posteriormente examinaremos, são suficientemente exatas para que delas tracemos um mapa conjectural. Já existiriam, erguidas nos idos dos seiscentos, quando a cidade temia por iminentes as invasões holandesas; teriam sido ampliadas e reformadas depois das tropelias de Duclerc e Duguay-Trouin. É lógico supor que formassem efetivamente uma rede, cruzando-se num salão subterrâneo (como indica o mapa que acompanhava a ata) sob o Colégio, ligando-o secretamente ao antigo embarcadero, à Rua da Quitanda, aos lados da Ajuda, onde hoje é a Cinelândia; e à Praia (hoje rua) de Santa Luzia, onde a Santa Casa de Misericórdia, empreendimento quinhentista cuja origem se atribui à Anchieta, se estendia até o início da encosta do morro...

As Buscas do Vice-rei

A crer-se na ata, escondeu-se parte do tesouro, remeteu-se parte dele. Não vai se passar um ano até que, a 2 de novembro de 1759, caia o golpe. Cumprindo ordens expressas de Pombal, o Vice-rei Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, se dirige à noite para o Colégio, subindo a Ladeira da Misericórdia para prender os jesuítas e seqüestrar os seus bens. Eis o início de seu relato, dirigido ao desembargador Capello, que se conservava na Biblioteca Pública do Porto (códice nº 555) quando foi transcrita por Vieira Fazenda:

Dei principio a esta diligência na madrugada do dia 3 do sobredito mês e ano [novembro de 1759], incorporado com o Brigadeiro Vicente da Silva Fonseca, que com a gente necessária foi também de ordem de V. Ex. cercar toda a circunferência do mesmo Colégio, e depois de posto o referido cerco, entrando dentro com o dito Brigadeiro, Escrivão do Cível, Meirinho da Relação, que nomeei para me acompanharem, e alguns officiaes militares apreendi o dinheiro, livros e papéis, que se acharam nos cubiculos do Reitor e Procurador, no cartório, e todas as mais peças de ouro e prata, roupas e alfaias que se acharam tanto nas oficinas como nos cubículos de cada um dos padres, dando em todos esses lugares rigorosa busca, depois do que fiz fechar o mais precioso na livraria, os papéis, louça da India e ferragens no cartorio, e os comestiveis intactos e alguns cobres e vasilhas na despensa, lançando na porta desta uma travessa e na mesma e nas mais acima pondo o selo das armas de V. Ex para maior segurança⁸.

Enquanto se fazia o cerco, segundo o próprio Bobadela, “...começaram a voar papéis em pedaços, das janelas de alguns cubículos...”⁹. Documentos que eram apressadamente destruídos? Símbolo do inesperado da ação da Coroa ou restos do que já havia sido ocultado, destruído, mandado para bem longe? Voltemos a Bobadela, na madrugada de três de novembro:

O dinheiro que se achou pertencente ao Colégio foi tão somente a quantia de quinhentos mil duzentos e vinte réis, o que é quantia diminuta à proporção do grande rendimento desta Casa, maiormente quando é notório que na ocasião da Frota venderam os Padres a safra de seus engenhos que importou em vinte mil cruzados... e já com cautela não fizeram na mesma frota remessa alguma para seus provimentos como todos os anos costumavam fazer e comumente eram de 24 mil cruzados... porém se a maioria deste dinheiro... conservam em si estes padres, a haviam posto fora em mãos particulares antecipadamente ou a tem oculta em alguma das muitas partes cômodas e inescrutáveis, em que o podem fazer dentro de um edifício tão espaçoso, não me foi possível averiguar, ainda que não perdoei diligencia alguma para o conseguir¹⁰.

Procura-se pelo restante; indaga-se deste e daquele padre, recebem-se denúncias, um pouco mais de dinheiro aparece, e também documentos, jóias, livros, paramentos. Passam-se os dias, as semanas; os jesuítas, reclusos, submetidos a um regime severo destinado a impedir qualquer contato com o exterior, aguardam o navio que os levará para Portugal. Não podem receber visitas de outros eclesiásticos, conversar com os guardas, receber bilhetes ou livros; as ordens que Bobadela recebe do ministro Thomé Joaquim da Costa Corte Real determinam ainda que

Tudo o que de dentro sair, como o que de fora se lhe introduzir será bem revisto e nada fechado e ainda as... frutas como melancia, melão, abóbora, repolho e outras quaisquer desta criação e feitio, serão abertas para que de dentro não saia ou entre carta ou escrito algum... Caso em que vá médico, cirurgião ou sangrador será conduzido e acompanhado pelo comandante da guarda e um subalterno com dois soldados... não consentindo de nenhum modo que falem de manso, mas sim alto e perceptível a todos e de nenhuma sorte em língua diferente. ...E haverá especial cuidado em que as pessoas que de noite fizerem caminho pelas ruas ou campos vizinhos das casas dos ditos religiosos, passem de largo

e afastadas das guardas e sentinelas... E isto além da revista, que por duas vezes ao dia se deve fazer...¹¹

Não se encontram os tesouros: busca-se a informação, reprime-se o contato, teme-se a comunicação. Aos poucos os relatos deixam transparecer que as autoridades começam a reconhecer que os jesuítas, sabedores ou temerosos do que estava por vir, haviam tratado de por a salvo o que pudessem - e no caso dos bens imóveis, como as terras e as casas, haviam recorrido a estratégias contábeis para desviar para particulares, através de arrendamentos e doações, o que esperavam recuperar mais tarde. Achou-se também nas roças açúcar, farinha, gado, com este ou aquele vizinho ou meeiro. Bobadela, em carta dirigida à metrópole a 7 de dezembro de 1759, mais de um mês após o início da reclusão vigiada dos padres no Colégio, resigna-se em reconhecer que

É certo que sabendo os padres que em mais ou menos tempo havia de chegar a tormenta puseram o seu tesouro em salvamento...¹².

Assim finda o ano de 1759. Por todo o Brasil, as igrejas e colégios jesuíticos foram cercados, invadidos, ocupados: as numerosas e extensas fazendas colocadas sob intervenção, a produção confiscada, as riquezas remetidas para Portugal. No morro do Castelo, quase uma centena de inacianos passam o verão reclusos, vigiados; a estes vão se juntando lentamente outros religiosos para aguardar o embarque forçado que os levará a Lisboa. Do Engenho Velho, São Cristóvão, Macacu, Santa Cruz, das cidades de Santos, Macaé, Campos, São Paulo e Paranaguá as autoridades transferem padres para a reclusão do Colégio; finalmente, a 14 de março de 1760, são todos transportados - somam 199 - para o navio Nossa Senhora do Livramento e S. José, que zarpa na madrugada seguinte¹³.

Esvaziado o complexo jesuítico, chegara a hora de continuar a busca pelas riquezas que se acreditavam existir em esconderijos, agora que a presença, mesmo indefesa, de quase duzentos padres deixara de se constituir em empecilho. Encarregou-se da diligência o Desembargador Capello, que escreveu a Bobadela:

...Depois de concluído o inventário deste Colégio e embarcados os Padres da Companhia que nele residiam, vejo a notícia de V. Ex. que no mesmo Colégio ficavam encerrados dentro da parede do cubículo do Ministro do dito Colégio alguns bens... fui logo no dia 14 de março de

1760 com os oficiais destinados para me acompanharem na diligencia do seqüestro do dito Colégio, e com efeito achamos as peças de ouro e prata e mais bens... dentro da parede do dito cubículo em um vão, que na parede havia, tapado por fora de cal e tijolo, de maneira que não se podia perceber. No dia 17 continuei na mesma diligência... e achei por detrás do altar que cobria uma peça amovível de talha dourada do retábulo do mesmo altar... peças grossas de duas lâmpadas de prata... Ultimamente, no dia 20, indo pessoalmente ao mesmo Colégio... se achou... no vão de uma janela da casa chamada de procuratura, coberto por uma pedra de cantaria feita de molde pela parte de assentos... um caixão de madeira tosca e dentro dele outras peças também de prata... E continuando nos dias sucessivos a examinar vários lugares esquisitos e recônditos descobri outros mais bens de diversas qualidades...¹⁴.

O relato de Capello se encerra com uma enumeração minuciosa dos objetos particulares em prata e ouro apreendidos aos padres: bacias, jarros, castiçais, salvas, tigelas, bandejas. Para nós, ele é importante por dois motivos: primeiro, mostra que à meticulosidade de Capello e Bobadela, obsessivamente instruída pela metrópole, pouco deve ter escapado; segundo, que mesmo o muito que foi encontrado não satisfaz à cobiça. Esperava-se mais, queria-se mais: e depois de terem sido os vãos e recônditos explorados, as paredes apalpadas, os móveis removidos, as denúncias verificadas, os criados interrogados, restava a impressão de que ainda muito restava. Mas aonde?

Com o decorrer das semanas e dos meses, parece que as atenções de Bobadela e de Capello foram se deslocando do Colégio, do morro do Castelo, para as relações dos jesuítas. Dois séculos de riqueza, poder e prestígio não haviam criado somente inveja, cobiça e inimizade; por maior fama de amantes de contendas, de levianos e avarentos que tivessem, limitar a este tipo de adjetivação a inserção da instituição inaciana no Rio de Janeiro colonial é uma simplificação. Certamente havia amigos, parceiros de negócios, famílias numerosas, ligações sentimentais clandestinas (e nem tanto) a fazer da Companhia de Jesus um corpo longe do isolamento.

Por estes motivos, enquanto a administração portuguesa lentamente finalizava as listas de bens apreendidos para os meter em leilão, redobravam-se os esforços para descobrir quem estava de posse de algo que tivesse escapado ao confisco. Já havia um bando publicado no Rio, ameaçando com severas penas os que haviam se furtado a entregar

algum valor às autoridades; algumas pessoas, conseqüentemente, haviam sido encarceradas. Não bastou. Francisco Xavier Mendonça de Furtado, irmão de Pombal e Governador do Pará e do Maranhão, escrevia a Bobadela em 14 de agosto de 1760, comunicando uma nova ordem: o Rei determinara “...lançar um bando em que declare que perdoarão as penas pessoais e se dará a terça parte do premio a todos que no espaço de quarenta dias declararem os bens ocultos dos jesuítas e... serão as denúncias recebidas em segredo”¹⁵. Debalde; pouco apareceu. Com o passar das semanas sem que novidades houvesse, o assunto foi paulatinamente caindo no esquecimento da população e das autoridades.



No Rio, a vida retomava o seu curso. Já os jesuítas continuaram de desastre em desastre: proscrição da Ordem na França, em 1762; na Espanha, em 1767; supressão final pelo Papa, seis anos depois. No Brasil, decaíram os engenhos, dispersaram-se os índios, perderam-se as bibliotecas. O Colégio foi transformado brevemente em residência dos vice-reis, e depois em Hospital Militar. Um grande templo que substituiria a antiga igreja teve a sua construção interrompida. A revogação da expulsão escapa ao nosso interesse: ao Castelo os jesuítas não voltaram mais.

Encerra-se assim a coletânea de narrativas que procura, à luz de alguma documentação, aclarar os episódios que viriam a se constituir no embasamento para o que tentaremos acompanhar a seguir: não mais os tesouros, não mais as riquezas, mas os que nelas acreditavam, e os meios

que engendraram para subtrai-las ao ventre do morro do Castelo. Acompanhamos as crônicas da época, os procedimentos administrativos da Coroa, os relatos do corsário francês, tudo devidamente ancorado na sensatez dos discursos aceitos e reproduzidos como verdadeiros. O que foge à norma, à luz do dia, é a ata que relaciona as riquezas; apócrifa ou não, ela pertence a um outro tempo, e só virá a luz muito depois. Vamos deixá-la por enquanto, mas tendo em conta que a sua existência e a sua autenticidade podem - ou não - ter relevância para o que se segue.

Médicos e Engenheiros

Nas décadas que se seguem à expulsão o morro do Castelo se tornará objeto de um outro discurso, que vai se constituir a partir dos saberes dos médicos e dos engenheiros. No final do século XVIII, a saúde da população preocupava os poderes públicos do Rio de Janeiro. Em 1798, os vereadores da cidade, alarmados com as epidemias que se sucediam, elaboraram um questionário dirigido aos mais eminentes dentre os médicos locais. Queriam saber se

...não seria o clima úmido e quente, julgado nocivo à saúde, devido à pouca ventilação do ar pelas ruas da cidade... se o calor não seria causado pelo impedimento que fazem à entrada dos cotidianos ventos matutinos ou terrais que sopram do Nordeste, Norte e Noroeste, os morros que correm de S. Bento até S. Diogo... e a dos vespertinos, ou virações mais fortes, constantes da parte Sueste, Sul e sudoeste, os morros do Castelo, Santo Antonio e Fernando Dias¹⁶.

Os médicos responderam pela afirmativa. Trinta anos antes o sucessor de Bobadela, o Conde Cunha, queria morar no Colégio dos Jesuítas, preferindo a saudável encosta do Castelo em oposição à planície fronteira ao mar do Palácio dos Governadores; agora, como resumiria o médico Manoel Joaquim Moreira em 1813, os morros eram “...*causa das moléstias da cidade por concorrerem para o calor do clima; destes, porém, o mais nocivo é o do Castelo, porque é o que obsta a viração do mar, vento o mais constante, o mais forte e o mais saudável.*” Outro médico, Antonio Joaquim de Medeiros, já havia pedido à rainha Dona Maria que ordenasse o arrasamento dos morros do Castelo e de Santo Antonio.

Um pensador da época, que fez carreira eclesiástica e administrativa em Portugal e no Brasil - o bispo de Elvas, Azeredo Coutinho - havia inserido no seu *Ensaio Econômico*, publicado em 1794, uma minuciosa argumentação culpando o Castelo por diversos males da cidade: não só impedia o arejamento das ruas, como obstava a comunicação e a expansão da urbe. Deveria ser arrasado, e a terra lançada no litoral que se estendia da Santa Casa de Misericórdia à Glória, sendo a esplanada resultante arruada. E como conseguir recursos para esta obra tão trabalhosa, numa época em que o braço humano era o único recurso para desbastar montanhas e espalhar aterros? Ora, diz o bispo,

Para esta obra não seria necessário que a Fazenda Real gastasse nem que se pusesse algum tributo; bastaria que se mandasse avaliar todos os prédios edificadas sobre o dito Monte do Castelo, e que uma Companhia de Negociantes se obrigasse a pagar aos proprietários, conforme se ajustasse, ficando para os Associados livres de todos os direitos todo o ouro que se extraísse do dito monte (que diziam ter sinais de haver muito), e todo o terreno da base...¹⁷.

Significativo exemplo de solução: à posse dos terrenos resultantes do arrasamento, some-se o ouro “*que diziam ter sinais de haver muito*” e estão remunerados os membros da “*Companhia de Negociantes*”. Não é a toa que, segundo refere Vieira Fazenda, no “*...tempo de D. João VI, ...os ingleses pretenderam, segundo é fama, arrasar o morro, contentando-se com os lucros provindos do ouro e pedrarias escondidos desde 1759*”¹⁸.

O discurso instaurador de Azeredo Coutinho, que pode ser considerado o precursor dos que defenderão a realização de cirurgias urbanas no Rio de Janeiro revela-se fascinantemente próximo dos que desperdiçarão anos e contos de réis em busca dos lendários tesouros do Castelo. O mítico se junta ao saneador, o fabuloso ao urbanizador: seria pretender demais reconhecer nestas poucas linhas uma origem comum para os projetos que, uns, vão se concretizar na abertura da Avenida Rio Branco, no arrasamento do morro do Senado, na construção do Porto do Rio de Janeiro e, outros, serão motes de chacota e pilhéria por parte da opinião *séria*, condenando os autores a um anonimato que só será rompido por estes vestígios que recolhemos nos arquivos e por sugestões de internação em asilos de alienados?

Seja como for, os dois discursos convivem no cotidiano da cidade. Uma memória escrita pelo padre Ignacio dos Santos Meirelles, em 1801, ainda se ocupa das riquezas ocultas, que estariam numa mina cujo portal de entrada seria sinalizado por um sinal tétrico: uma caveira atravessada por uma cavilha de ferro, encontrada em 1768 numa das paredes do Hospital Militar. Os rumores e boatos haviam finalmente convencido o vice-rei D. Fernando José de Portugal a determinar escavações no local, que se prolongaram por 4 dias e não resultaram em nenhum achado¹⁹.

Enquanto isso, com a exceção notável do *physico-mor* de D. João VI, Manuel Vieira da Silva, que discorda da medida, a opinião médica da época emite parecer sobre parecer aconselhando, recomendando, pedindo, exigindo a remoção do Castelo. Em 1811, chuvas torrenciais fazem desabar parte da muralha da Fortaleza de S. Sebastião sobre os quintais do Beco do Cotovelo, matando e ferindo: são as *águas do monte*, que até quadrinha cantada inspiraram²⁰. Agita-se a opinião, exigem-se providências: esquecem-se, ou ao menos não se mencionam, os tesouros: e a reboque dos diagnósticos médicos, do medo de novos desabamentos, aparece o primeiro pedido de concessão para demolir o morro, em 1838.

Os signatários, Conrado Niemeyer e Pedro Bellegarde, tudo pedem: os terrenos na esplanada resultante do arrasamento, os terrenos do aterro que se fará, três contos de réis mensais: afinal, como argumentam, a Companhia que organizarão, “...entregue somente a seus próprios recursos, não poderá empreender com vantagem uma obra tão majestosa... que exige dilatado empate de grosso cabedal...”. Que venham então os dinheiros do Império, para ajudar “...a companhia no patriótico empenho de melhorar a salubridade, trânsito, extensão e beleza desta opulenta cidade, fecho e tesouro da riqueza da América Meridional”²¹.

Os recursos não vieram. Mas os ataques aos morros continuavam. Por um lado, multiplicavam-se as teses - como a apresentada à Faculdade de Medicina em 1852 por Domingos Martins Guerra - que justificavam a necessidade de arrasamento dos morros de Castelo e Santo Antônio²². A cidade precisava de ar, de circulação, do soprar inimpedido dos ventos marinhos. Morros, vielas estreitas, cortiços abarrotados deveriam desaparecer. Concomitantemente, chegavam às Secretarias do Império pedidos de permissão - entre os quais os do Marechal Beaurepaire Rohan, do Marquês de Barbacena, dos engenheiros

Antônio Rebouças e Couto Ferraz - que requerem licença para empreender as obras de arrasamento do Castelo, condicionadas à concessão de vantagens várias. Médicos e engenheiros pareciam acordes, o memorialista Pizarro e Araújo somava-se à opinião geral; exceção notável foi a do historiador e diplomata Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, que contestava todos estes argumentos em sua História Geral do Brasil e pregava a transformação do Castelo em “*passeio público da cidade*”, com o plantio de árvores em suas encostas²³.

Como era o morro? Poucas imagens, produzidas até o século XIX, chegaram até nós; entretanto, a partir da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, diversos artistas o retrataram, produzindo aquarelas e óleos de grande valor histórico. Com o advento da fotografia, o Castelo passa a atrair as atenções dos interessados em registrar o Rio de Janeiro através da nova técnica; a primeira fotografia conhecida da colina é de autoria de Victor Frond, e foi feita em 1858, mostrando uma paisagem que não difere muito das mostradas por George Leuzinger, Marc Ferrez e outros fotógrafos do final do século. Ubíquo, ineludível, em inúmeras gravuras, óleos e fotografias de outros pontos e vistas da cidade divisa-se, num canto ou no horizonte, uma das faces da colina. Inversamente, para executar o seu panorama circular, em 1827, o inglês Burchell escolheu como ponto de visada a Fortaleza de S. Sebastião, de cujas muralhas abarcava-se toda a *city*.

Condena-se, pinta-se, canta-se o Castelo, mas o que existe lá? Numa das ladeiras, a da Ajuda, erguia-se desde o século anterior o Seminário de S. José. A Igreja de S. Sebastião, antiga Sé da cidade, havia sido entregue aos capuchinhos italianos, que celebravam uma concorrida missa na sexta-feira à noite, em que os que compareciam certamente se misturavam pelas ladeiras com os que visitavam as casas dos tatuadores, das adivinhas e dos velhos pretos mandingueiros, de que falam Luiz Edmundo (*O Rio de Janeiro do meu tempo*) e Machado de Assis (*Esaú e Jacó*). Sobre as ruínas do grande templo jesuítico que não chegou a ser terminado, havia sido instalado em 1846 o Observatório Astronômico da cidade. Lá erguia-se uma torre com um relógio, e um balão que era içado ao alto de um mastro para indicar o meio-dia. Na Fortaleza, um recanto aprazível de onde se descortinava a paisagem, a vigia da entrada da barra não se faz mais para avistar frotas inimigas, mas para mostrar no *pau da bandeira* as combinações de cores e formas geométricas que mostram à cidade que navio vem chegando; em caso de incêndio, era uma peça de

canhão que troava. Logo vai se somar o poste do telégrafo, símbolo das técnicas novas de comunicação.

O morro do Castelo é parte inseparável da vida diária no Rio Imperial. Que horas são? Qual é a nau que aponta no horizonte? Há incêndio? Vamos à missa? Procuremos uma rezadeira... Os laços se estreitam em 1862: em presença do Imperador D. Pedro II, exumam-se os restos de Estácio de Sá, enterrados desde 1583 na Igreja de S. Sebastião, que em virtude de um temporal havia sofrido sérios danos no ano anterior. Os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro assistem à cerimônia, que marca a confirmação do liame entre a colina, berço do Rio de Janeiro, e o túmulo de seu fundador. Lá está também o padrão quinhentista de pedra com as quinas portuguesas, marco da fundação da cidade. Carregado de tradições, lugar de memória e devoção sacra, para onde a cada momento se voltam os olhos dos cariocas, como é possível que se trame a sua ablação? Mas assim é.

As Buscas Furtivas

Retomemos a proposta de Niemeyer e Bellegarde: não se fala nos tesouros, mas utilizam-se os argumentos do saneamento, da circulação, da segurança. Estes últimos também estarão presentes na preocupação dos proprietários de imóveis próximos ao Castelo, e que solicitam da Câmara Municipal providências para acabar com a ameaça de desmoronamentos. Num memorial de 1843, propõem diversas obras de desbaste e contenção, fazendo a ressalva: “*Quando apareça alguma preciosidade... com a escavação, pertencerão estas à Ilma. Câmara..*”²⁴. A esperança de que se encontre algo de valor, por conseguinte, não desapareceu nem de um reles requisitório de moradores: no contexto do pedido, será a referência um estratagema para despertar o interesse dos vereadores, prometendo à Câmara a posse das *preciosidades*? O fato é que os moradores as levavam em conta, e as autoridades sabiam: em 1855, o vereador Lima Nogueira pedia que o governo atentasse para o cumprimento de uma portaria promulgada dois anos antes, proibindo que se construísse no Castelo. Segundo ele, alguns proprietários estariam fazendo “*...largas e profundas escavações.*” Em busca de tesouros?²⁵

Da existência deles parecia também desconfiado Joaquim Manuel de Macedo, o autor d’ *A Moreninha*. Em “*Um Passeio pela Cidade do*

Rio de Janeiro”, publicado em 1862, o romancista referia-se às entranhas do Colégio dos Jesuítas:

O antigo Colégio dos Jesuítas está assentado sobre solo minado. Há fundas cisternas, que ainda não foram examinadas. Há escadas que se atiram a subterrâneos escuros e profundos. Portas muradas, que parecem encobrir abismos misteriosos. Observadores sem ciência e sem coragem tem tentado descer a esses subterrâneos. Mas as lanternas se apagam, os pulmões não acham ar que se preste à respiração, e pedras atiradas nessas minas escuríssimas não mandam aos curiosos um só eco do seu baque. O conhecimento da existência desses subterrâneos não é novo. Desde a expulsão dos jesuítas teve-se certeza de que tais obras havia, e o povo acreditou que os padres da companhia tinham escondido riquezas imensas nas entranhas do seu colégio. Que extensão tem esses subterrâneos? Que destino lhes davam aos jesuítas? Não eram, não é possível que fossem cárceres. Para que serviam então? Admira que o governo não tenha mandado examinar os subterrâneos do antigo Colégio dos Jesuítas... Sinto não poder levar os meus companheiros de passeio ao fundo de tais subterrâneos, e conto que o governo tratará em breve de fazer brilhar a luz de um escrupuloso exame nesse mundo escuro e desconhecido que os jesuítas deixaram por baixo do seu colégio do Rio de Janeiro²⁶.

Macedo - que foi Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - introduziu a obra com uma cuidadosa ressalva, que reforça a idéia de que tinha plena consciência dos limites entre a licença poética e o rigor histórico:

Procurei amenizar a história, escrevendo-a com esse tom brincalhão e às vezes epigramático que, segundo dizem, não lhe assenta bem, mas de que o povo gosta; ajuntei à história verdadeira os tais ligeiros romances, tradições inaceitáveis e lendas inventadas para falar à imaginação e excitar a curiosidade do povo que lê, e que eu desejo que leia os meus Passeios; mas nem uma só vez deixei de declarar muito positivamente qual o ponto onde a invenção se mistura com a verdade²⁷.

O *Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* é uma coletânea de folhetins publicados no *Jornal do Comércio*, então o órgão de imprensa mais respeitado e lido do Rio de Janeiro. À mesma época, um cidadão chamado Nominato José de Assis resolveu solicitar do governo a concessão de direitos para proceder a uma exploração no *mundo escuro e*

desconhecido. O pedido de Nominato, endereçado ao Marquês de Olinda, então Presidente do Conselho, em 10 de maio de 1863, merece um exame mais detalhado, por permitir que conheçamos um pouco mais do perfil de um dos *caçadores de tesouros*, um letrado aparentemente caído em desgraça na Corte.

Depois de declarar-se “...desempregado e em uma situação embaraçosa, lutando com dificuldades... que me colocam na alternativa ir para Minas, minha província natal, ou solicitar um emprego...”²⁸, Nominato conta a história de sua vida: mineiro, estudou direito e ocupou os cargos de juiz municipal, vereador, promotor público, delegado de polícia. Em 1854 transfere-se para o Rio, onde abre um escritório; em 1858, “acometido de febre cerebral”, fica um ano sob cuidados médicos, perdendo o escritório e a clientela. Por isso, pede auxílio, “...um Emprego decente, cujo exercício seja compatível com a Dignidade de quem tem merecido alguma consideração social.” A carta ao Marquês de Olinda se encerra com uma torrente de elogios ao destinatário, “sábio primeiro-ministro, Presidente do Conselho, mola real da Administração de 1863.”

Passando ao morro do Castelo, Nominato diz que um indivíduo “*possui um velho manuscrito*” e que, associado a outros dois empresários, quer permissão para abrir respiradouros que chegarão aos “...*espaçosos subterrâneos, grandes salas, longos corredores, vastas galerias em diversas direções e profundidades*”. Assim, Nominato (que se identifica no documento como o “*Empresário N.*”) submete à consideração do Marquês de Olinda as cláusulas da concessão, para uma apreciação anterior à apresentação formal ao governo. Tudo deveria ser feito sob o mais absoluto segredo: “*Nenhuma publicação se fará acerca da permissão, nem dos trabalhos*”; ninguém teria acesso aos poços abertos, a não ser os empresários e um representante das autoridades. Outras cláusulas merecem transcrição:

11^a Os papéis, que forem encontrados, sejam eles quais forem, serão logo queimados pelo Empresário N. sem serem lidos (esta condição é igualmente essencial); porque podem trazer detrimento (sic) de honra...

12^o Se aparecerem relíquias, serão entregues ao empresário N. a quem ficarão pertencendo...²⁹

Pede-se também uma guarda à porta dos respiradouros, “porque é natural que os curiosos sejam em grande número, e podem haver

tumultos, e conflitos.”. Conclui-se argumentando que o negócio é bom para o Estado, porque se não aceito “...uma insignificante parte seria descoberta na ocasião da desmoronação do morro... e a quase totalidade ficaria oculta à todas as vistas, e ali jazeria para sempre inútil”³⁰.

Não sabemos se Nominato conseguiu o emprego que pedia: a referência à “*febre cerebral*”, que parece ter desorganizado uma carreira aparentemente em ascensão, poderia ser um empecilho para que o Marquês de Olinda o tomasse a seus serviços. Mas, por incrível que pareça, há indícios de que algum tipo de ingerência governamental foi arranjada, através do Marquês, para que Nominato - ou alguém com os mesmos desígnios - se embrenhasse pelos subterrâneos. É o que se depreende de um artigo de Alexandre José de Melo Morais, médico e historiador do século passado. Num artigo reproduzido na coletânea “Páginas Cariocas”, Melo Morais afirma:

Um indivíduo com alguns recursos e esclarecimentos, procurou-nos para medianoite a obter do governo imperial permissão a explorar o morro do Castelo, em busca das riquezas nele jacentes. Sabíamos pelos muitos documentos que temos, das grandes riquezas que possuíam os jesuítas e tínhamos idéias vagas sobre o destino delas; porém não obstante ávidos de notícias históricas, para o nosso trabalho, fomos comunicar ao governo o que pretendia a pessoa que desejava explorar o morro e o Exmo. Sr. Marquês de Olinda, ministro do Império e presidente do Conselho de Ministros, dando as ordens que julgou acertadas, o explorador deu começo às escavações, garantindo-nos a certeza de encontrar as riquezas jacentes, e seguro como se achava, facilmente encontraria a entrada dos subterrâneos. Foi no pavimento térreo, sob a sacristia do templo novo, onde hoje se acha colocada a botica do hospital militar, que principiou a escavação, e depois de improbo trabalho, não se descobriu sequer indício de via subterrânea; passou a novos lugares, com os mesmos resultados, e pelo que concluímos ser um conto da meia-noite a história de subterrâneos, e de riquezas jacentes no morro do Castelo”³¹.

Decepção definitiva? Ao menos por algum tempo. Se houve alguma outra tentativa de desentranhar os tesouros, não chegou até nós, com uma exceção: há um relato de que o Barão de Drummond, pela década de 1870, andou usando minas explosivas no morro em demolições que, suspeitava a boataria das ruas, escondiam a continuação da busca já centenária. Os vizinhos reclamaram do incômodo e as

explosões cessaram³². Em 1875, outra chuvurada, outro desabamento, desta vez na ladeira do Seminário. Três anos depois, era editado pela Typographia de Pinheiro e C. Pires de Almeida um livro assinado por *Leo Junius*, pseudônimo de José da Rocha Leão, intitulado “*Os subterrâneos do Morro do Castelo*”. Na introdução, o autor declara-se amigo de Melo Moraes e diz que enquanto este escrevera uma obra para tratar dos jesuítas (a “*História dos jesuítas e suas missões na América do Sul*”), ele se dedicaria aos tesouros.

O livro se pretende uma história romanceada dos amores, crimes e segredos dos jesuítas, e especial atenção é dada a um crime escabroso ocorrido nos subterrâneos, envolvendo a casa real de Portugal e a Inquisição. O mais interessante, todavia, é a lista de documentos que embasariam um segundo volume que não chegou a sair do prelo, entre os quais se encontrariam a “*Notícia minuciosa dos cárceres, esconderijos feitos por baixo do colégio, planta e perfil deles pelo capitão-mór e ouvidor Paulo da Rocha Siqueira, preso clandestinamente por Constantino de Meneláo*”; e “*As freiras no banho de mar e os padres servindo-lhes de mentores nas noites de luar.*” O interesse por segredos de riquezas e rumores de obscenidades confirma-se, aliás, pelos títulos de dois outros livros de Rocha Leão: “*Mysterios da vida d’Além túmulo desvendados pela revelação do cristianismo e sonambulismo lúcido: estudos psicologicos*”, e “*Os libertinos e tartufos no Rio de Janeiro*”.

A obra de Leo Junius é um dos reflexos do interesse que a possibilidade de encontrar tesouros ainda provocava. Outro reflexo pode ser divisado em dois avisos ministeriais, datados de 1885 e 1886, que determinavam à autoridade policial que impedisse qualquer exploração de subterrâneos no morro do Castelo, que se aproximava, com o final do Império, da mais séria investida para arrasá-lo: a concessão obtida por Carlos Sampaio em 1890, logo transferida à Companhia de Melhoramentos do Brasil, presidida por Frontin, que chegou a contar com planos minuciosos para levar a cabo uma empreitada que acabou frustrada na crise que se seguiu ao Encilhamento³³.

Em 1894, durante a revolta da Armada, algumas cargas de artilharia atingem as paredes do Colégio; enquanto isto, moradores do morro entregam-se furtivamente ao hábito de escarafunchar os próprios quintais em busca das afamadas galerias. Em 1897 o construtor José Francisco Oliveira vem a público pedir permissão para prosseguir as escavações que vinha fazendo, prometendo que os achados seriam

“*divididos em partes iguais*”³⁴ entre ele e a Municipalidade. Dois anos depois, o morador da casa nº 17 da Praça do Castelo tem menos sorte: denunciado, provavelmente por algum vizinho, recebe a inesperada visita do Agente Municipal Luiz Freitas que descobre a “*mina que se cavava debaixo do soalho*”, e confessa que buscava “*tentar chegar a um tesouro enterrado*”³⁵. A prática era suficientemente comum para alarmar Vieira Fazenda, que em 1901, num artigo sobre a Igreja inacabada dos jesuítas, alertava que o edifício estava “*...em risco, apesar da sólida construção, de desabar, se continuarem as imprudentes escavações de seus alicerces, em busca de riquezas, sonhadas desde o tempo de D. João VI...*”³⁶.

Com o novo século aproxima-se um acontecimento que vai reaglutinar os diversos imaginários associados ao Castelo. Até então, progressivamente dividido, ele é objeto de uma multiplicidade de discursos que se desenvolvem em duas esferas diferentes de pensar e de agir: um, o que é expresso pela medicina e pela engenharia, que prega a sua derrubada, com a transferência das igrejas, do observatório, dos moradores; que sonha com a luz e a ventilação do progresso e da civilização invadindo e curando um *locus* de atraso e da doença. Outro discurso, em oposição, é o que se desenvolve através das práticas furtivas dos que cavam buracos nos quintais, freqüentam o tatuador Florêncio, as tascas das ladeiras e o feiticeiro João Gambá, sacerdote gege-nagô³⁷.

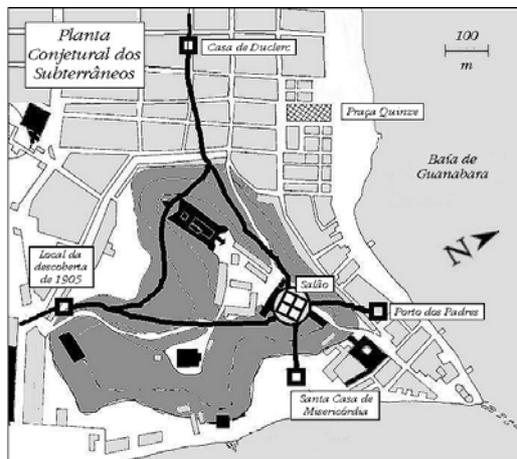
Deste cotidiano pouco restou. Os que o viveram (aqueles de quem Luiz Edmundo dizia: “*No Rio de Janeiro, os que descem na escala da vida, vão morar para o alto*”³⁸) não eram de escrever muito. Uma exceção notável, o escritor Gastão Cruls, vê o morro como o menino que ali nasce e cresce por conta do ofício do pai, o astrônomo Luiz Cruls, diretor do Observatório Nacional; mas as suas reminiscências dizem mais da paisagem do que de alguém que partilhava do dia-a-dia. O próprio Vieira Fazenda, nascido no Beco do Cotovelo, freqüentava a antiga fortaleza, antes espectador que participante:

...no meu tempo, os rapazes freqüentadores do Castelo... jogavam a malha, a cabra-cega, o tempo-será... Soltavam papagaios, e... lançavam pedras na cisterna. Eu mesmo fui muitas vezes passear no pátio do Castelo. Não tomava parte em brincadeiras. Vontade não me faltava. Era, porém, embaraçado pelo meu aio, o preto André, que conhecia de cor e salteado os sinais do pau da bandeira e levava a me explicar o jogo das tabuazinhas do telégrafo semafórico³⁹.

É característico que muitos dos vestígios se dêem a ler através do filtro distante dos cronistas, médicos, policiais e engenheiros que ignoram, desprezam e condenam o morro e seus moradores. É como se coexistissem universos que simbolizam uma cidade e uma cultura partidas entre vivências distanciadas, que - assim como os meninos - não se misturam. A banda considerada soturna e clandestina, verdadeiro entrave ao desabrochar de um Rio de Janeiro belo, limpo e saudável, é a que se quer fazer desaparecer na poeira das demolições que preparam a cidade para ser o palco da *belle-époque* tropical⁴⁰.

O Encontro

O reencontro do morro do Castelo com o seu passado vai se dar na tarde de 26 de abril de 1905. Vive-se o quadriênio do prefeito Pereira Passos, os anos do *bota-abaixo*, de atividades febris que transformaram decisivamente a cidade e a vida de seus habitantes. Um operário chamado Néelson cuida de desbastar, à picareta, uma aba do morro que vai dar lugar à Avenida Central. O solo cede, divisa-se uma galeria abobadada de pedra! O chefe da turma, o engenheiro Pedro Dutra, é chamado: aberta, a entrada mede meio metro de largura por um e meio de altura e se estende para dentro do morro. Aglomeram-se os operários, começa o murmúrio, acorrem os populares: ninguém pensa em nada que não sejam os tesouros... São chamados então o ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, e Paulo de Frontin, Presidente da Comissão Construtora da Avenida Central⁴¹.



No dia seguinte os jornais estampam a notícia e conjeturam a respeito da natureza do achado. É o *Correio da Manhã* que vai se dedicar mais seriamente ao assunto, buscando acompanhar a exploração do subterrâneo e relacioná-lo com as conjeturas que pairavam no burburinho que vai se formar no local, já então guardado por dois soldados. Os repórteres dos jornais recolhem as histórias sem esforço: postados em meio à multidão que estica os pescoços na tentativa de divisar uma nesga da exploração que prossegue lentamente, entrevistam este ou aquele popular e escolhem os melhores relatos: “*Segundo supõe o Dr. Rocha Leão*”, dizia o *Correio* no dia seguinte citando o homem de letras que conhecemos pelo pseudônimo de Leo Junius, “*nesta cidade existem outros subterrâneos: da Chácara da Floresta até o Teatro Fênix; da Praia de Santa Luzia até a Igreja Nova; da mesma praia até a cozinha da Santa Casa de Misericórdia; da Travessa do Paço até os fundos da Catedral e daí, paralela à Rua do Carmo, até o Beco do Cotovelo, subindo pela ladeira até a Igreja.*” Aí estariam os arquivos e os tesouros dos jesuítas, segundo Rocha Leão - ilação coerente com a ata e o mapa que apresentamos. “*Eis aí*”, concluía o matutino, “*farta massa de assunto para os amadores da literatura fantástica e para os megalômanos, candidatos a um aposento na Praia da Saudade*”⁴².

No dia 29, Pedro Dutra fazia um relato das suas explorações: a galeria, a medida que se internava sob o morro, tornava-se mais espaçosa, e o pé-direito ultrapassava já os dois metros. Não era uma linha reta, mas mudava de direção “*55 graus à esquerda*”, em direção aos lados do Carmo e da Quitanda. Já se haviam encontrado alguns instrumentos de suplício - gargalheiras, correntes e algemas de ferro - mas nada que se assemelhasse aos tesouros tão longamente buscados... Bulhões e Frontin a haviam percorrido com lanternas no dia anterior. Rocha Leão aproveitava para lembrar ao repórter que a documentação sobre os tesouros dos jesuítas encontravam-se ao alcance da mão, no “*Arquivo Público e na antiga Secretaria de Ultramar, na Ilha das Cobras.*” “*Em torno*”, concluía a reportagem, “*contida pela cerca de arame, apinhava-se a multidão sonhadora e desocupada*”⁴³.

Não eram somente sonhadores e desocupados os que se interessavam em ver de perto a confirmação de um século de especulações e promessas: intendentess municipais, deputados, ministros e - a 1º de maio - o Presidente da República não resistem à tentação de submergir no ventre da montanha, através da galeria. Não se fala em outra

coisa na cidade, a se crer nos jornais; e tal é a celeuma levantada em torno da questão, e o murmúrio de que as autoridades estariam escondendo já arcas de jóias e moedas, que o túnel é aberto à visitação pública, recebendo nos dias que se seguem milhares de visitantes⁴⁴.

Na aglomeração diária à volta da entrada das escavações, se destaca a figura de um ancião bem vestido, de voz firme e aparência ponderada, que está sempre cercado de populares e discorre longamente sobre a história da cidade, dos jesuítas e dos tesouros. Indagado sobre a fonte de seus conhecimentos, o Sr. Coelho - é este o nome - se diz possuidor de vasta documentação que prova as suas assertivas, e convida os jornalistas a examinarem o material pessoalmente, à sua casa. Na noite chuvosa de 5 de maio, na casa do informante, situada à Rua da Gamboa, se escuta, num ambiente lúgubre, a história que já nos é familiar.

Dizia o Sr. Coelho que a galeria achada era parte de um vasto complexo construído ao longo dos séculos pelos jesuítas, tendo abrigado os tesouros da Ordem durante a invasão de Duguay-Trouin. Anos depois teria sido lavrada uma ata dando conta do ocultamento das riquezas num salão onde se cruzam as quatro galerias principais, orientadas para os pontos cardeais. Neste salão estariam também os arquivos da Companhia de Jesus. Se nada disto parecia novidade na época - a documentação se assemelha a que reproduzimos, e a história é a que reaparecia aqui e ali, com a exceção dos detalhes que variavam de narrativa para narrativa - a conclusão da entrevista subitamente introduziu um aspecto novo na questão. Os tesouros ainda permaneciam sob o morro, afirmava o anfitrião: eles estavam destinados a serem encontrados por Paulo de Frontin, que os restituiria aos pobres da cidade, seus donos legítimos, encerrando o ciclo iniciado pelos inacianos. Por quê justamente Frontin? "*Porquê ele é uma reencarnação da alma de Pombal*", explicou o Sr. Coelho. Este havia confiscado os bens dos jesuítas, Frontin os devolveria aos cariocas!⁴⁵

A afirmação era espantosa. O que havia começado como uma entrevista agradável com um erudito transformaria-se numa sessão com um lunático, emoldurada pelos raios da tempestade que rugia lá fora? O Dr. Coelho continuava a falar, agora de um manuscrito que explicaria o misterioso assassinato de Duclerc, e que ele se dispunha a dar à luz. Aproveitando a oportunidade de interromper a *soirée*, foi alegado o adiantado da hora, anotadas as informações e agradecido o empréstimo

do volumoso manuscrito, que teria a sua publicação iniciada no *Correio* sob o título “*Os subterrâneos do Morro do Castelo - Os tesouros dos jesuítas*”.

Era um legítimo folhetim ambientado no Rio setecentista, povoado de padres lúbricos, esposas infiéis, maridos traídos, escravos supliciados, comerciantes opulentos e meirinhos inescrupulosos. Todos se movem pelas galerias subterrâneas que atravessam a cidade e o morro do Castelo, entre o farfalhar das sedas e o tilintar das moedas. O aprisionamento de Duclerc introduz o fator de perigo e aventura: apaixonado por uma fidalga da terra, entra em conflito com o jesuíta que era detentor de suas atenções, um tal Jean de Jonquières, e em consequência acaba assassinado. Merece transcrição o trecho que revela a ligação entre a Igreja de Santo Inácio e a casa onde seria morto Duclerc: “...*embuçado em longa capa, seguiu pela galeria do Norte e daí tomou a derivação que ia ter à casa de sua amante infiel...*”⁴⁶. O desfecho do folhetim era melodramático: o padre encontrava a amante e Duclerc no leito, apunhalava-os e depois retornava pela mesma galeria para se suicidar em sua cela no Colégio. O relato não explicava o motivo de não ter sido achado corpo algum ao lado do de Duclerc, mas oferecia uma explanação plausível para aclarar o mistério de ter sido o corsário apunhalado sem que ninguém se apercebesse.

Assim, durante todo o mês de maio de 1905, o assunto se manteve nas primeiras páginas, com a ajuda de um episódio retumbante: um Almirante chamado João Nepomuceno Baptista, professor da Escola Naval, havia feito a entrega pública a Paulo de Frontin de antigos documentos que possuía, relacionados com os tesouros. Já os analisamos: são a ata e o mapa, que logo seriam reproduzidos e comentados em todos os círculos, dando aparentemente o halo final de verdade histórica que faltava para corroborar as mais fascinantes e rocambolescas suposições⁴⁷.

É uma tentação, voltamos a afirmar, especular sobre a autenticidade destes documentos - que o próprio Vieira Fazenda não corrobora - e a respeito da sua coerência com a história dos jesuítas e os episódios do século XVIII. Mas, na verdade, o mais importante é que podemos identificar em quase todas as tentativas de encontrar os tesouros o brilho faiscante da ata e do mapa, que devem ter passado de mão em mão, inspirando, através dos anos, cobiça e curiosidade. Relíquias verdadeiras ou cuidadosas e eruditas fabricações, destinadas a

enganar os incautos? Vestígios miraculosamente salvos da destruição ou parte da campanha de desmoralização e demonização que produziu outras contrafações mostrando a Companhia de Jesus como instituição dedicada ao enriquecimento, ao contrabando, povoada de sátiros e sodomitas... Não importa. Ata e mapa tornaram-se partes inextricáveis de um processo pelo qual a vaga e irresistível atração pelo mistério e pelas riquezas legitimaram-se e tornaram-se parte do imaginário da cidade.

Para ajudar a entender o fascínio que provocaram, não devemos deixar escapar a quantidade fantástica de ouro que é declarada no documento: mais de 67 toneladas, que correspondiam na época a aproximadamente 120 mil contos. Para se ter uma idéia da ordem de grandeza desta quantia, registre-se que para abrir a Avenida Rio Branco, foram gastos, em desapropriações, quase 32 mil contos; as obras de construção do porto custariam quase 168 mil contos⁴⁸. O tesouro dos jesuítas ombreava-se em opulência ao custo de duas das mais importantes realizações dos anos Rodrigues Alves - Passos. Causa surpresa o fato de que as autoridades, os moradores do morro e a população em geral estivessem ofuscados com o reluzir de tanto ouro, e preocupados com a sua destinação?

Cabia as autoridades decidir o que fazer com a galeria. Mantê-la aberta? Entulhar a entrada? Utilizá-la como ponto de partida para novas escavações morro adentro? O impasse refletia também a dificuldade em lidar com a materialização da oposição entre os diversos discursos que envolviam o morro do Castelo. Atribuir valor histórico à descoberta, sacralizá-la como lugar de memória da cidade não era só derivar perigosamente na direção dos caçadores de tesouros; era também oficializar a importância de um espaço que figurava em todas as listas de arrasamento, e que só não havia sido levado de roldão pelo *bota-abaixo* de Passos por absoluta falta de tempo. Entretanto, a curiosidade foi mais forte. Sob o comando de Frontin, que agora dispunha da documentação, engenheiros armados com "*instrumentos cedidos pelo Observatório Nacional*"⁴⁹ descobriram mais galerias, salas e respiradouros. Outras sondagens foram feitas, relíquias encontradas, na confirmação dos sonhos dos mais determinados caçadores de tesouros. Quem saía das galerias trazia sempre notícias frescas de descobertas, mas não trazia o principal: o ouro.

Na medida que as explorações não revelavam a existência do metal, os que o cobiçavam - e desconfiavam das informações oficiais -

voltavam a se movimentar. No Correio da Manhã de 1º de junho de 1905 noticia-se que na sessão da Câmara de Deputados do dia anterior havia sido lido o requerimento do engenheiro Henrique G. Dab Verme, que pedia permissão para “...*exploração e desobstrução das galerias do morro do Castelo para os fins indicados no seu requerimento de 10 de abril de 1903...*”. O autor explicava que “...*desde alguns anos se tem dedicado a estudos arqueológicos... conhecendo por documentos antigos que possui, a existência de galerias no referido morro, ...* “ e adicionava: “...*sendo certo que conhece o lugar em que os jesuítas depositavam os seus valores*”. Diz ainda: “*Depois de muito tempo, gasto e sacrifícios... eis que o governo manda demolir o morro... já se tendo achado duas galerias, aliás sem muita importância, por serem consideradas de defesa*”. E prossegue: “*Se o governo pretende com o arrasamento descobrir o tesouro... o meio empregado não é de certo o mais próprio... o requerente com as plantas que possui poderá facilmente ir direito ao lugar e aí verificar a existência ou não do citado tesouro...*”⁵⁰.

Talvez o último a mostrar-se à luz na longa caravana de farejadores de riquezas, o engenheiro verificava, desalentado, que duas alternativas ameaçavam igualmente por a perder o tempo e o gasto por ele dispendidos com o Castelo: ou selavam-se as galerias, inviabilizando buscas posteriores, ou apoderava-se o governo dos tesouros. Recorria portanto ao poder legislativo, para forçar um exame da questão. E para se certificar de que não seria prejudicado em nenhuma de suas pretensões, encerrava o pedido afirmando que “*Além das galerias subterrâneas do morro do Castelo... conhece outras... na capital e fora dela... e porisso solicita do Congresso o favor de estender a concessão para os demais pontos...*”

A ameaça ao poder que detinham Passos e Frontin para decidirem os destinos das galerias - e do morro, em última instância - tornava-se mais séria, à medida que a tentativa de interferência elevava-se sobre o murmúrio das multidões que cercavam as escavações e passava à imprensa e à Câmara de Deputados. Mas o episódio não teve maiores desdobramentos, perdendo-se o requisitório no emaranhado da rotina parlamentar. E enquanto o assunto desaparecia dos jornais, diante das evidências de não havia novas descobertas espetaculares a anunciar, a pergunta permanecia: onde estava o tesouro? O douto Vieira Fazenda, que vinha comentando as descobertas “*que muito tem preocupado a atenção pública*” em artigos, empenhava-se em

demonstrar, pelos antigos documentos de que se dispunha, que se alguma vez algum valor houvera sob o Castelo, não estava mais lá; e que as galerias poderiam ser antigos acessos aos baluartes erguidos no morro, depósitos de víveres ou simples dependências de serviço do Colégio dos Jesuítas, da Fortaleza de S. Sebastião ou do Seminário de S. José⁵¹.

Efetivamente, nada mais se encontrou. As últimas referências ao morro do Castelo, nos jornais da época, disputam espaço com a ascensão de um balão no Campo de Santana e a cobertura da conclusão das obras da Avenida Rio Branco. As entradas para as galerias haviam sido emparedadas, alguns achados recolhidos, enquanto o leito da Avenida era calçado, as árvores plantadas e algumas fachadas já se aprontavam para receber os novos ocupantes. Os edifícios que mais se destacavam situavam-se justamente próximos ao local onde os operários haviam encontrado a entrada dos subterrâneos: o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional e a Escola de Belas Artes. Quando finalmente a Avenida foi inaugurada, a 15 de novembro de 1905, os tesouros dos jesuítas pareciam tão remotos quanto as vielas da cidade colonial em que eles haviam vivido.

Os Últimos Anos

Enquanto as atenções da cidade afastavam-se do morro do Castelo, na vida de seus habitantes persistia o cotidiano de pobreza do século anterior. Se Natividade e Perpétua, as personagens do *Esau e Jacó* de Machado de Assis, já atraíam a atenção dos moradores ao subirem a ladeira em 1871, pelas trajes bem cuidados que as caracterizavam como cidadinas respeitáveis em busca de uma cartomante afamada - a *cabocla Bárbara* -, o contraste só fez se acentuar: a população do morro, depois das demolições de Passos, tornou-se quase que exclusivamente constituída de gente pobre, desalojados que tomaram o rumo das casas de cômodos e dos cortiços. O maior deles, denominado Chácara da Floresta, ficava na Ladeira do Seminário, tinha 164 casas e abrigava quase mil pessoas⁵². Construído em terreno acidentado, pelos seus gramados pastavam as cabras e se espalhava a roupa estendida pelas lavadeiras, a dois passos - e ao alcance da vista - do Rio *chic* da Avenida.



Este contraste, que simbolizava a convivência espacial de duas realidades urbanas contraditórias - o Rio europeu e elitizado e a urbe colonial e popular - tornou-se um dos argumentos mais repetidos por aqueles que insistiam no arrasamento do Castelo. Em 1910, o engenheiro Henrique G. Dab Verme - sim, o mesmo - voltava a carga, juntando-se ao coro dos saneadores e urbanistas e pedindo uma concessão para demolir o morro. Conversão aos argumentos do *bota-abaixo* ou diversionismo para poder, ainda, dar busca aos tesouros? Inclina-mo-nos pela segunda hipótese...

Mas não eram necessários tantas estratégias para os que não se conformavam com a inexistência das riquezas. Bastava seguir os passos trilhados por um jornalista - Pires do Rio - e um fotógrafo que, a serviço da revista *“Ilustração Brasileira”*, desceram em 1911 por uma cisterna situada no antigo convento dos jesuítas para explorar, descrever e fotografar as afamadas galerias. Passemos a palavra ao Dr. Pires do Rio:

O que de lá fato existe e bem se pode verificar são fundas cisternas e altas galerias, muitas ossadas humanas, e gastos instrumentos para cavar, e alguns utensílios de barro já inutilizados... A essa visita de ocasião não passou despercebido que, anteriormente, outros curiosos aí haviam penetrado, pois que se encontram letreiros e inscrições, atestando que pés profanos já haviam palmilhado aqueles esconderijos...”⁵³.

Além das galerias (que eram 5) o repórter e o fotógrafo visitaram o que chamaram *“Sala dos Concílios”*, com assentos de pedra e uma coluna no centro, um salão em tudo idêntico ao esboçado no mapa que

conhecemos, e aonde se cruzavam os túneis. Desviando-se dos ataúdes e de objetos entalhados, os visitantes percorreram centenas de metros em várias direções. Por quê as gentes lá enterradas, se os jesuítas dispunham de campas na Igreja e no entorno? Vítimas de crimes secretos, como o do manuscrito do Sr. Coelho? E por quê a exploração de 1905 havia deixado de recolher tantas antiguidades?

Pires do Rio não oferece respostas conclusivas no seu artigo, limitando-se a concordar com os que afirmavam que tesouros houvera - mas já subtraídos aos subterrâneos. Aborda também outras histórias de documentos que localizavam riquezas jesuíticas em Brás de Pina, Irajá e na Ilha do Vianna para concluir que se tratavam de contos-do-vigário. Para nós é relevante notar que os poderes públicos não haviam tomado qualquer iniciativa para preservar a memória do Castelo, tendo relegado ao abandono não só as construções, mas também o que ainda se encontrava sob a terra. Compreende-se: o pensar e fazer governamental dos anos que se seguiram a Passos ainda estava definido pela mentalidade higienista, e o morro de há muito já havia sido classificado como um dos obstáculos a vencer na busca do saneamento e do embelezamento do Rio de Janeiro. Para que se ocupar de um não-lugar, já condenado ao desaparecimento, morte anunciada desde o século XVIII?

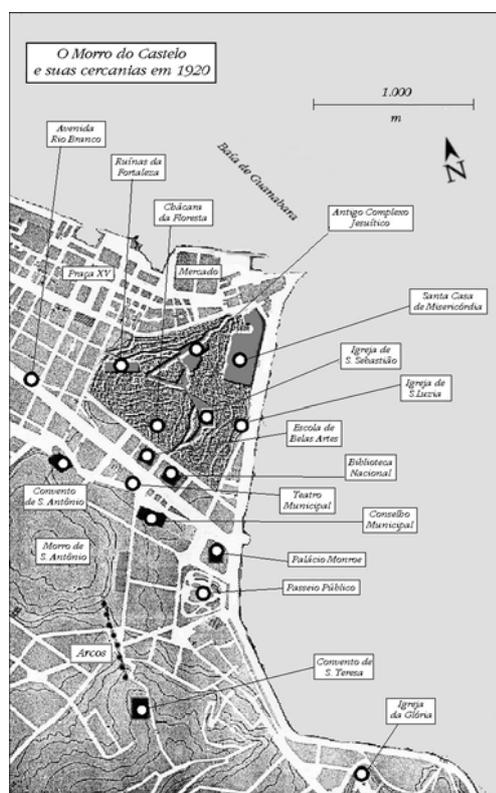
1912. Nada menos do que três projetos de arrasamento do morro do Castelo eram analisados pelo Congresso Nacional, que decide recomendar um deles, prevendo a demolição total da colina, com as palavras “...o desaparecimento desse obstáculo, que é o morro do Castelo, trará, insofismavelmente, novas condições de higiene para uma grande parte desta cidade...”. O projeto escolhido, a ser executado com verbas que seriam destinadas pelo orçamento federal de 1913, previa ainda o aterro de várias áreas, a abertura de ruas e a construção de um monumento “...que lembre aos vindouros a Independência do Brasil” e “...um edifício apropriado à exposição permanente”⁵⁴.

Vieira Fazenda, animado com a notícia, sancionava a boa nova:

...sempre aprovei como médico e cidadão os projetos da referida e decantada demolição... quando na presidência Rodrigues Alves, os beneméritos Muller e Frontin cogitaram da demolição do morro... escrevi artigos... aplaudindo semelhante idéia, que iria servir de perfeito complemento à grande Avenida Central... Não me incluo, pois, no

número de muita gente para quem ‘a derrubada do Castelo constitui o maior atentado que se poderá fazer às tradições da cidade’. Comecem a sua obra as picaretas... Pode-se conciliar a tradição com o *salus populi* e a remodelação da nossa urbs. Não quebrem o padrão da fundação da cidade, não atirem na Sapucaia os ossos de Estácio de Sá, e fica salva a pátria!⁵⁵.

No ano seguinte, como o poder público não se decidisse a enfrentar o empreendimento, os engenheiros Fernando Adamczyk e George Roder pediam uma concessão para arrasar o morro, já mencionando o plano de lançar o aterro em volta do morro da Viúva. A esta época ainda era financeiramente interessante construir habitações coletivas no Castelo, como atesta a licença pedida por Ruggiero Gatto & Cia., que queriam construir uma vila na Ladeira do Castelo, nº 32⁵⁶. A busca por moradias já havia transformado as encostas de outras colinas do centro - Santo Antônio, Providência - nas primeiras favelas da cidade.



O Fim

Quando Paulo de Frontin tornou-se prefeito da cidade, em 1919, a questão voltou à baila. Em entrevista a um jornal, declarava ter a intenção de “...deitar abaixo o morro do Castelo, levando a terra dele para a praia de S. Cristóvão...”⁵⁷. Não houve tempo, já que permaneceu apenas seis meses no cargo, mas a intenção do prefeito foi aplaudida pela Revista “Eu sei tudo”, que chamava o morro de “*bairro da miséria que se deve extinguir*”⁵⁸. É somente com a nomeação, em 1920, do engenheiro Carlos Sampaio para a prefeitura do Rio de Janeiro que a montanha recebe sua sentença de morte: o novo prefeito, que trinta anos antes havia recebido uma concessão para arrasá-la, dispunha-se agora a concretizar o projeto abortado nas dificuldades financeiras que se seguiram ao Encilhamento⁵⁹. Aos antigos argumentos dos higienistas e dos engenheiros somava-se o de preparar a cidade para a Exposição Internacional de 1922, que comemoraria o centenário da nossa independência e atrairia milhares de visitantes estrangeiros, aos quais não deveríamos exibir - assim escreviam os detratores da época - um “*feio cocoruto*”, um “*pólipo*”, “*enorme quisto*” que lembrava um “*dente cariado*”.

Mas o morro tinha os seus defensores, dentre os quais se destacava Lima Barreto, que condenavam o arrasamento como um atentado às tradições, um dispêndio inútil de recursos, uma desumanidade com os moradores, e propunham outras soluções que pudessem poupar o berço da cidade e seus monumentos. Podem também ser identificadas na polêmica que cercou a questão do Castelo duas posições, consubstanciadas em diferentes projetos: uma, que admitia a possibilidade de regenerá-lo, abrindo túneis, ruas e jardins; outra, que não admitia nada menos do que o seu desaparecimento. Mas ambas aceitavam os mesmos pressupostos da necessidade de ventilação, circulação e da função de vitrina da nação que o Rio de Janeiro deveria oferecer aos visitantes.

A polêmica foi acerba⁶⁰, mas em vão: o arrasamento se iniciou as pressas, em 1920, e terminou por desalojar mais de 4 mil moradores. A terra, jogada às margens da antiga praia de Santa Luzia e no prolongamento da ponta do Calabouço, serviu para os aterros que abrigaram a Exposição de 1922 e dariam origem ao Aeroporto Santos Dumont. Datam destes anos as mais melancólicas imagens do Castelo,

feitas principalmente pelos fotógrafos Augusto Malta e Guilherme Santos: os derradeiros moradores das ladeiras e dos cortiços, a última missa na Igreja de S. Sebastião, a transferência dos restos de Estácio, os operários armados de picaretas avançando escoltados pelas escavadeiras mecânicas... Após o final da Exposição, a demolição prosseguiria lentamente até o final da década, deixando como marca uma extensa esplanada, que permaneceria por muitos anos inteiramente desocupada.



Tudo foi abaixo. Igrejas, ruínas de fortalezas e baluartes, casas, ladeiras, tudo. Os restos de Estácio foram transferidos em procissão para a Igreja dos capuchinhos, na Tijuca, a 20 de janeiro de 1922. Simbolicamente, o último edifício a voar pelos ares foi o complexo

jesuítico: Igreja e Colégio desapareceram juntos, a 10 de novembro. Não se deu notícia de novas galerias, nem de tesouros que tivessem aparecido durante a demolição: “...das supostas riquezas, nem sombra, muito embora das futuras possibilidades deste novo Potosi se tivessem aproveitado alguns espertalhões para urdir romances rocambolescos, e arrancar dinheiro dos incautos”⁶¹.

Algumas fotos da época mostram grupos de populares observando as mangueiras hidráulicas que esboroam o morro; em outras aparecem figuras que passeiam pelos montes de terra revolvidos⁶². Estaria entre estes curiosos algum derradeiro caçador das riquezas dos jesuítas, remanescente da longa linhagem que se estendia desde o século XVIII? Receberia ainda o morro visitas furtivas durante a noite, cavoqueiros pressurosos, pás e picaretas a luz de velas, mapas em punho? Impossível saber. Mas a verdade é que o morro do Castelo desapareceu associado a uma outra polêmica, relativa aos custos de seu arrasamento, que opôs o Prefeito Carlos Sampaio a diversos críticos, entre os quais se incluiria o seu sucessor, Alaor Prata, que ainda tratava do assunto na década de 50 ⁶³.



Depois, o dilúvio...

Jeca - E quando meu dinheiro cabá, seu dotô?

Carlos Sampaio - O seu já acabou. Este é emprestado.

Charge de J. Carlos publicada na revista O Malho, de 29.4.1922

Ouro dos padres, ouro das obras: o Castelo ainda era associado a riquezas, mas as fantasias relacionadas aos tesouros palpáveis e reluzentes davam lugar a prosaicos entreveros envolvendo orçamentos, apólices, empréstimos e juros. Deslocada para o terreno da política partidária, dos atritos administrativos, a discussão sobre o morro deixava de apaixonar. A mudança já havia sido percebida no lamento sensível de Monteiro Lobato, que bradava em 1920: “*Não arrasem o morro do Castelo!*”

Anacronismo vivo, D. João VI paredes-meias com Epitácio, século XVI entreaberto à curiosidade do século 20, sobrevivência fossilizada de eras para sempre perdidas, é um ancião de barbas brancas, de cócoras à beira-mar, rememorando o muito que já lhe passou diante dos olhos. Mas triste. Percebe que virou negócio, que o verdadeiro tesouro oculto em suas entranhas não é a imagem de ouro maciço de Santo Inácio e sim o panamá do arrasamento. E desconfia que seu fim está próximo. Os homens de hoje são negociastas sem alma. Querem dinheiro. Para obtê-lo venderão tudo, venderiam até a alma se a tivessem. Como pode ele, pois, resistir à maré, se suas credenciais - velhice, beleza, pitoresco, historicidade - não são valores de cotação na bolsa?”⁶⁴

O morro do Castelo desapareceu da paisagem carioca deixando, como único vestígio físico, uma pequena ladeira que se inicia ao lado da Igreja de N. S. do Bonsucesso, no Largo da Misericórdia, interrompida por um barranco transformado em estacionamento; e uma quantidade expressiva de documentos e imagens espalhadas por museus e arquivos. Na memória popular, subsistiu a denominação - Castelo - que designa uma área do centro da cidade. Dos tesouros dos jesuítas, e dos que o buscaram com engenho, arte e obsessão, ficaram os tênues vestígios recolhidos neste ensaio, nós singelos de uma teia de papéis velhos e sonhos que reluz, ainda, com o fascínio febril do ouro.



Notas

1. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Crônicas Escolhidas. São Paulo: Editora Ática, 1994, p.109.
2. Nóbrega faleceu no Colégio e foi sepultado na Igreja, nos altos do morro.
3. COARACY, Vivaldo. O Rio de Janeiro no século 17. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965. p. 99. O poder e a prosperidade dos jesuítas e os motins dos cariocas contra a intervenção de qualquer autoridade eclesiástica nos assuntos temporais são minuciosamente descritos nesta obra.
4. DUPLESSIS-PARSEAU. Expedição francesa contra o Rio de Janeiro em 1711. Relato reproduzido na Revista do IHGB, v. 176, 1941. p. 165.
5. SOUTHEY, Robert. História do Brasil. São Paulo: Melhoramentos/ Brasília: INL, 1977. 3 v. As quantias que corresponderam a cada uma das instituições e particulares divergem de autor para autor, mas parece claro que os jesuítas, que tiveram um papel preponderante na negociação da rendição da autoridade portuguesa e na fixação do resgate, puderam safar ou esconder boa parte de seus bens.
6. LACOUTURE, Jean. Os Jesuítas. Porto Alegre: L&PM, 1994. As descrições das últimas décadas de poder e prosperidade dos jesuítas também podem ser encontradas na obra do padre Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Rio, INL, 1945).
7. VIEIRA FAZENDA, José. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. IN: Revista do IHGB, Tomo 89, v. 143, 1921. Vieira Fazenda (1847-1917) era médico e foi intendente municipal. Secretário-geral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por muitos anos, escreveu principalmente sobre a história do Rio de Janeiro. As notas que se seguem foram baseadas nos textos que podem ser encontrados nas páginas 113-168 e 213-225. O cálculo da quantidade de ouro baseou-se na seguinte relação: 1 arroba equivalia a 32 arráteis; 1 arrátel equivalia a 429 gramas; logo, 1 arroba equivalia a 13,728 kg. Três mil arrobas, portanto, são 41,2 toneladas. Quanto ao valor das 25,5 milhões de cruzados, baseamo-nos nos valores apontados por Calógeras, em *História econômica do Brasil*: no século XVIII, a moeda de 1 cruzado continha 0,89 gramas de ouro e equivalia a 400 réis.

(1 oitava de ouro = 3,586 gramas = 1.600 réis). Portanto, 25, 5 milhões de cruzados equivaliam a 22,7 toneladas de ouro. Total, em ouro em pó e em moedas: 63,9 toneladas!

8. Idem.

9. Idem.

10. Idem.

11. Idem.

12. Idem.

13. Idem.

14. Idem.

15. Idem.

16. SAMPAIO, Carlos. Memória Histórica: Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro. Lisboa: Lumen, 1924. p. 9-16. As primeiras opiniões médicas relativas à necessidade de arrasamento do Castelo, que remontavam ao século XVIII, foram coligidas por Carlos Sampaio com o objetivo de embasar a sua iniciativa, quando prefeito, no período 1920-1922.

17. Idem.

18. VIEIRA FAZENDA, José. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. IN: Revista do IHGB, p. 141, v. 140, 1921.

19. Revista do IHGB, p. 198, v. 44, tomo 35, parte 1, 1872. O padre Ignacio e um outro eclesiástico, o presbítero secular André Gonçalves de Azevedo, relataram as conversas havidas com jesuítas exilados que confirmariam a existência de tesouros nos subterrâneos do Castelo.

20. GÉRSON, Brasil. História das Ruas do Rio. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965. p. 38. O estribilho da cantiga - que principia pelo "*Vem cá, Bitu, vem cá...*" - referia-se a um infeliz que fora apanhado pelo desabamento quando bebia num dos botequins da rua do Cotovelo, imediatamente abaixo do Castelo de S. Sebastião: "*Que é do teu camarada. A água do monte levou. Não foi água, não foi nada. Foi cachaça que o matou.*"

21. VIEIRA FAZENDA, José. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. IN: Revista do IHGB, Tomo 89, v. 143, 1921. A proposta foi transcrita e comentada nas páginas 213-225.

22. GÉRSON, Brasil. História das Ruas do Rio. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965. p. 326.

23. VIEIRA FAZENDA, José. *Op. cit.*. A opinião de Varnhagen é transcrita na página 214. Curiosamente, este não simpatizava com o Passeio Público então (e ainda hoje) existente, que considerava *sombrio e abafadiço*.

24. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 46-3-50

25. AGCRJ. Códice 46-3-10

26. MACEDO, Joaquim Manuel. Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991. p.217

27. Idem. p. 19

28. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Lata 216, Documento 61. O Marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima, 1793-1870) teve uma longa e ilustre carreira política: deputado às Cortes de Lisboa representando Pernambuco, em 1821, foi regente (1837-1840), deputado e senador do Império, Conselheiro de Estado e Presidente do Conselho. Conservador e depois liberal, chefiou os gabinetes de 1862 e 1865. Era sócio-fundador do IHGB.

29. Idem.

30. Idem.
31. COSTA, Nelson. Páginas cariocas. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura da Guanabara, 1961. O artigo de Melo Moraes (médico homeopata, espírita, maçom e autor prolífico) se intitula “*A Lenda do Castelo*” e está na página 209.
32. Correio da Manhã, 29.4.1905
33. SAMPAIO, Carlos. *Op. cit.* p. 36. Não se tratou apenas de mais uma das concessões mirabolantes de que é fértil a crônica do Encilhamento: Carlos Sampaio chegou a detalhar minuciosamente os aspectos técnicos e financeiros do empreendimento, viajando à Inglaterra para obter o auxílio de um engenheiro inglês - Benjamin Baker - especialista em obras deste tipo. A participação de Carlos Sampaio em outras iniciativas relacionadas com as reformas urbanas no Rio de Janeiro (a “Água em 6 dias”, o arrasamento do Morro do Senado, a derrubada do cortiço “Cabeça de Porco”, a construção do porto, etc) foi analisada na minha dissertação de mestrado, intitulada “*A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*”.
34. AGCRJ. Códice 46-3-10
35. Idem.
36. VIEIRA FAZENDA, José. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. IN: Revista do IHGB, v. 140, 1921. p. 141.
37. COSTA, Luiz Edmundo da. O Rio de Janeiro do meu tempo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v.1, p. 63. O autor lembra que durante o século XIX vários personagens de destaque e fortuna - entre os quais Floriano Peixoto - moraram em casas no Castelo.
38. COSTA, Luiz Edmundo da. *Op. cit.* p. 207.
39. VIEIRA FAZENDA, José. *Op. cit.* p. 527.
40. A expressão é de Jeffrey Needell, e dá nome ao seu livro *Belle-époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro da virada do século*. (São Paulo, Companhia das Letras, 1993)
41. Correio da Manhã, 27.04.1905
42. Correio da Manhã, 29.04.1905. O autor desta e de outras matérias não assinadas, segundo Francisco de Assis Barbosa, seria Lima Barreto: “...são inquestionavelmente de sua autoria a série de reportagens (vinte e duas, ao todo) em torno das escavações dos subterrâneos do morro do Castelo...”. (*A vida de Lima Barreto: 1881-1922*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1988. p. 114)
43. Idem
44. Correio da Manhã, 05.05.1905
45. Idem
46. Correio da Manhã, 03.06.1905. Segundo Francisco de Assis Barbosa, o autor da história seria o próprio Lima Barreto...
47. Renascença, maio de 1905, pp. 214 e 215. Não conhecemos o destino destes documentos: é possível que tenham passado a integrar o arquivo de Paulo de Frontin, que se encontra no IHGB.
48. Eis o detalhamento dos cálculos que permitem estimar o valor, em 1905, das 67 toneladas de ouro (em moedas, em pó e contidas no Santo Inácio maciço) mencionadas na Ata: pelo padrão-ouro, 1 onça de ouro (31,1 gramas) valia 3 libras, 17 shillings e 9 pence. 1 libra equivalia a 20 shillings, ou 240 pence (1 Shilling = 12 pence). 1 mil réis valiam 17 pence em 1905 (câmbio a 17); 1 onça de ouro equivalia a 933 pence, ou 55 mil réis, em

1905. Portanto, 67 toneladas de ouro equivaliam a 2.154.341 onças, ou 118.488.741 mil réis. Quase 120 mil contos!
49. O Paiz, 26.05.1905 e Correio da Manhã, 28.05.1905. O Observatório Nacional esteve localizado sobre o morro do Castelo, ao lado da Igreja dos Jesuítas, até 1921, quando foi transferido para o morro de S. Januário, em São Cristóvão. Durante estas últimas escavações foram achados um crucifixo de ouro e um candeeiro de ferro, entregues respectivamente a Rodrigues Alves e a Paulo de Frontin, sob os protestos do *Correio*, que perguntava: “*Há... uma casa mantida exatamente para guardar semelhantes objetos: é o Museu Nacional. Por quê não mandam para lá o crucifixo e o candeeiro?*”
50. Correio da Manhã, 02.06.1905
51. Renascença, junho de 1905
52. AGCRJ. Códice 44-2-12. A proprietária do cortiço, Condessa de Wilson, havia sido intimada pela Prefeitura em julho de 1906 a realizar reformas “higiênicas” para se adequar aos códigos vigentes. A negociação se arrastou até o ano seguinte.
53. Ilustração Brasileira, 16.07.1911. A reportagem e as fotografias confirmam, na verdade, que eram fidedignas as informações quanto à rede de subterrâneos (entrada, direções, salão de cruzamento) contidas na ata de autenticidade duvidosa.
54. Lei 107/1912, de 20.07.12, Diário Oficial de dezembro de 1912.
55. VIEIRA FAZENDA, José. *Op. cit.* p. 528.
56. AGCRJ. Licença de Obras 3.852, Pasta 85.
57. O Imparcial, 22.02.1919
58. Revista *Eu sei tudo*, fevereiro de 1919.
59. SAMPAIO, Carlos. *Op. cit.* p. 36. Carlos Sampaio foi explícito a respeito da intenção de, como prefeito, realizar o que não conseguira como empresário.
60. SILVA, Marly Motta da. A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1992, pp. 54-65. A obra traz a melhor análise desta polêmica, e dos argumentos levantados a favor e contra o arrasamento do morro do Castelo.
61. CRULS, Gastão. Aparência do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965. v.2, p. 640.
62. NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. O Castelo na lenda e na tradição. IN: Revista Light, nº 30, v. 3, julho de 1930, p. 51. Segundo o historiador, cronista e diretor do Arquivo Municipal, as galerias foram usadas para armazenamento de víveres, documentos e valores. As fotografias a que nos referimos ilustram o artigo.
63. PRATA, Alaor. Recordações da vida pública. Rio de Janeiro: s. ed., 1958. A questão é tratada através de dezenas e dezenas de páginas, ao lado de outras acusações à administração Carlos Sampaio.
64. MONTEIRO LOBATO, José Bento. Não arrasem o morro do Castelo. IN: BANDEIRA, Manuel e ANDRADE, Carlos Drummond de. Rio de Janeiro em Prosa e verso. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. p. 413,414.

ABSTRACT

The belief in treasures hidden under Castelo Hill has fascinated for centuries the people of Rio de Janeiro. Writers, engineers and historians were among those who believed that the Jesuits, before their

expulsion by Pombal in 1759, had hidden incalculable riches in underground passages radiating from the Church and College built in the hill. This belief, reinforced by documents considered doubtful by many, lasted till the opening of the Avenida Rio Branco in 1905, when a gallery was found, confirming the existence of a network of tunnels under the mountain. One of the aims of this article is to follow the path of this belief and of the people who shared it, contrasting a daily life of poverty with the dreams of riches. It also examined the multiplicity of discourses and practices - religious, mythical, medical and urbanistic - having the Castelo Hill as their object of study, which were initially mixed up and divergent afterwards, as the city birthplace, full of historical and religious significance, approached its destruction by razing. That happened in the nineteen-twenties, in the name of the need for ventilation and embellishment of the city, after a long and intense discussion.

Key words: Rio de Janeiro, Jesuits, Treasures

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Francisco de Assis. A vida de Lima Barreto: 1881-1922. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- COARACY, Vivaldo. O Rio de Janeiro no século 17. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.
- COSTA, Luiz Edmundo da. O Rio de Janeiro do meu tempo. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 3 v.
- COSTA, Nelson. Páginas cariocas. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Educação e Cultura da Guanabara, 1961.
- CRULS, Gastão. Aparência do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965. 2 v.
- DuPLESSIS-PARCEAU. Expedição francesa contra o Rio de Janeiro em 1711. IN: Revista do IHGB, v. 176, 1941. p. 165.
- GÉRSO, Brasil. História das Ruas do Rio. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965.
- KESSEL, Carlos. A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: PPGHIS/IFCS/UFRJ, 1997.
- LACOUTURE, Jean. Os Jesuítas. Porto Alegre: L&PM, 1994.
- LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio: INL, 1945.

- MACEDO, Joaquim Manuel. Um Passeio pela Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro; Livraria Garnier, 1991.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. Crônicas Escolhidas. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- MONTERIO LOBATO, José Bento. Não arrasem o morro do Castelo. In Rio de Janeiro em Prosa e verso, de Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. p. 413-414.
- NEDELL, Jeffrey. Belle-époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro da virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PRATA, Alaor. Recordações da vida pública. Rio de Janeiro: s. ed., 1958.
- SAMPAIO, Carlos. Memória Histórica: Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro. Lisboa: Lumen, 1924.
- SILVA, Marly Motta da. A Nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1992.
- SOUTHEY, Robert. História do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, Brasília, INL, 1977. 3v.
- VIEIRA FAZENDA, José. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. IN: Revista do IHGB, 1921. 5 v.